

ANAIS DO CONGRESSO INTERNACIONAL DA FACULDADES EST

ANAIS. EST. EDU. BR/CONGRESSO



Valores: Uma abordagem sem espaço na epistemologia do ensino religioso brasileiro. Será?

Values: An approach with no space in the Brazilian Religious Education epistemology. Really?

Arthur Felipe Moreira de Melo

Resumo

O presente trabalho constitui parte da revisão bibliográfica da pesquisa de doutorado, ora em andamento, sobre o Ensino Religioso na escola pública brasileira, sendo uma revisão do ensaio que fizemos por ocasião do IV Congresso Internacional do Conhecimento, em Santiago do Chile. Visa discutir a questão do espaço epistemológico para o estudo dos valores nesse componente curricular. Assumindo que a epistemologia para o Ensino Religioso deva ter sua base em uma ciência de referência, a(s) Ciência(s) da(s) Religião(ões), o presente trabalho discute a existência ou não de um espaço para o trabalho de uma dimensão axiológica dentro do Ensino Religioso. A questão torna-se pertinente quando levamos em conta que o estudo dos valores no Ensino Religioso está ligado historicamente no Brasil a um modelo teológico para esse componente curricular. Essa vinculação é intrínseca? Estaria o discurso axiológico inerentemente ligado à ética e a moral específica de cada cultura e/ou tradição religiosa? A abordagem dos valores extrapola as finalidades epistemológicas do Ensino Religioso? Há alguma forma de abordar esse tema respeitando a pluralidade cultural e religiosa? Esse trabalho tenta oferecer aproximações a essas perguntas a partir de uma interface com a psicologia. Nesse sentido, tem como principal interlocutor Yves de La Taille, além do diálogo com a área do Ensino Religioso e com a legislação deste componente curricular. Uma das conclusões do trabalho aponta para, não só a viabilidade do estudo dos valores no Ensino Religioso brasileiro, mas para a sua necessidade, desde que mantido um horizonte de significados aberto.

Palavras-chave: Ensino Religioso. Epistemologia. Valores.

Abstract

This work is part of the literature review of the doctorate research, now in progress, on Religious Education in Brazilian public schools, and a review of the essay presented by the occasion of the Fourth International Congress of Knowledge in Santiago de Chile. It aims to discuss the issue of the epistemological room for the study of values in this curriculum component. Assuming that the epistemology for Religious Education should have its basis on a reference science, the Religious Studies, this paper discusses if there is room for the approach of an axiological dimension within the Religious Education. The question becomes relevant when we consider that the study of values in Religious Education is historically

linked in Brazil to a theological model for this curricular component. This link is intrinsic? Was the axiological discourse inherently linked to ethics and the specific moral of each culture and/or religious tradition? The approach of values extrapolates the epistemological purposes of Religious Education? Is there a way to address this issue while respecting the cultural and religious plurality? This work tries to offer approaches to these questions from an interface with psychology. In this sense, we point to Yves de La Taille as the main interlocutor, besides the dialogue with the Religious Education area and the Brazilian laws for this curricular component. One of the work's conclusions points not only to the feasibility of studying the values in the Brazilian Religious Education, but for the need of it, provided a horizon of open meanings is ensured.

Keywords: Religious Education. Epistemology. Values.

Considerações Iniciais

Sabemos que a axiologia como base para a epistemologia do Ensino Religioso (ER) curricular não é nenhuma novidade. Sabemos que o ER anterior à nossa atual Constituição¹ e à LDB² fora muitas vezes justificado e embasado epistemologicamente sobre uma espécie de axiologia teológica.³ Nas discussões atuais da área, o tema 'valores' deixou de ser recorrente por se mostrar deveras desgastado. Hoje, quando já se percebe que a epistemologia do ER tem mais afinidade com a área das Ciências da Religião do que com a da Teologia⁴, parece ter ficado a desconfiança de que qualquer abordagem no campo dos valores venha sempre acompanhada de certa leitura teológica da realidade como pano de fundo. Parece estar hoje embutida na consciência coletiva da área a percepção de que aquele modelo teológico/axiológico esteve sempre na iminência de se tornar 'catequese disfarçada'.

¹ Artigo 210, §1o: "O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental". [BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil03/constituicao/constituicao.htm>> Acesso em: 04 jul. 2012.]

² Art. 33. O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo. (Redação dada pela Lei no 9.475, de 22.7.1997). § 1o Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do ensino religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores. § 2o Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do ensino religioso. [BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei N. 9394/96*. Brasília: Congresso Nacional, 1996 [com atualizações referentes ao período entre a publicação e a data de acesso]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/L9394.htm>. Acesso em: 04 jul. 2012.]

³ PASSOS, João Décio. *Ensino Religioso - Construção de uma proposta*. São Paulo: Paulinas, 2007.

⁴ Não obstante a contribuição que a Teologia oferece para as Ciências da Religião, inclusive no sentido de mantê-la saudável.

Com a necessidade de fazer prevalecer o caráter pedagógico e epistemológico do ER dentro da instituição escolar pública, uma nova epistemologia que tenta dar conta da pluralidade cultural e religiosa brasileira vai tomando forma. Nesse sentido, nossa proposta aqui será de discutir se ainda há espaço para a abordagem dos 'valores' dentro do ER e que espaço seria esse. Há alguma forma de legitimar a abordagem dos valores no ER da escola pública sem voltar ao antigo paradigma? O estudo dos valores extrapola a função epistemológica do ER?

Valores' – aproximações conceituais e algumas implicações.

Acompanhamos aqui a compreensão *piagetiana*, juntamente com La Taille, ao considerar 'valor' como "o caráter afetivo do objeto, isto é, um conjunto de sentimentos projetados sobre o objeto"⁵. 'Valor', portanto, diz respeito à relação afetiva entre objeto e sujeito. Importa, portanto, compreender também o que nosso interlocutor quer dizer quando se vale do termo 'objeto'. "Não apenas um objeto físico, mas também pessoas e ideias".⁶ Nesse sentido, todos nós temos valores e todas as nossas instituições pressupõem valores. A própria permanência do ER na escola pública pressupõe a tentativa de acomodar diversos valores, algumas vezes até contraditórios, que são defendidos por distintas instituições da sociedade civil e pelos poderes do estado.

Inegável que o valor que sustenta o princípio da laicidade do estado, construído coletivamente, seja preponderante sobre os demais valores, sobretudo quando se trata do ER na escola pública. Toda a discussão atual acerca do ER só pode iniciar quando se considera e se 'sente' a laicidade do estado como algo fundamental. É ela que sustenta e garante o respeito à diversidade cultural e religiosa, evitando que a escola seja palco de proselitismo e intolerância. Abaixo desse valor básico, vêm os valores que historicamente os atores sociais da escola têm assumido, que se relacionam, por exemplo, com a disponibilização do acesso ao conhecimento, com a formação para a cidadania, com a preparação para o mundo do trabalho, com a contribuição para a autonomia em diversas instâncias da vida, etc. Esses valores são essenciais não só para professores, mas para todos os atores sociais que convivem na escola. Sem eles seria impossível significar positivamente a própria prática docente.

⁵ LA TAILLE, Yves de. *Indisciplina, disciplina: ética, moral e ação do professor*. Porto Alegre: Mediação, 2013, p.8.

⁶ LA TAILLE, 2013, p.8.

Em um último nível, poderíamos ainda apontar para os valores dos principais atores sociais implicados no ER: professores e alunos. Certamente estes últimos não são meros produtores de conhecimentos. Afinal, “como qualquer outro objeto, o conhecimento pode ser investido de afetividade e, logo, tornar-se um valor”.⁷ Professores e alunos, com suas singularidades, são os protagonistas que fazem a educação acontecer, construindo conhecimentos sim, mas também dando sentido a esses conhecimentos por meio de valores.

Coloquemos, pois, nossa questão: Considerando que há valores implícitos em todas as instâncias ligadas ao funcionamento escolar, não seria um contrassenso colocar em questão se a escola e, mais precisamente, o ER deva ou não trabalhar valores? Obviamente que aqui não estamos tentando transformar os ‘valores’ em ‘objeto próprio’ do ER, mas nos perguntando sobre a possibilidade de ‘algum espaço’ consciente de trabalho para esse tema. Para sermos mais precisos, já não nos perguntamos mais se os valores são ou não são trabalhados na escola e no ER, mas sim quais são os valores aí trabalhados, de que forma são trabalhados, e a que leitura de mundo tal estudo serve.

‘Valor’ enquanto categoria inseparável da moral e da ética.

Antes de seguirmos adiante, é fundamental lançar mão do conceito de ‘moral’. Aqui, mais uma vez, seguimos La Taille, ao entender que a moral corresponde à “dimensão da obrigatoriedade, vale dizer, a moral implica o tema do dever”.⁸ Nesse sentido, ‘moral’ diz respeito às regras, às condições geralmente irredutíveis e necessárias a uma convivência social saudável, relacionando-se, portanto, com a pergunta “como devo agir?”.

La Taille trabalha com uma distinção simples entre moral e ética. Se a moral se relaciona com a pergunta “como devo agir?”, a ética, por sua vez, relaciona-se com perguntas do tipo “que vida eu quero viver?”, ‘o que é a felicidade?’, ‘o que é uma vida que vale a pena ser vivida?’. Enquanto a moral ‘manda’, podemos dizer que a ética ‘aconselha’.⁹

A riqueza pedagógica desse tipo de reflexão para o ER reside justamente no fato de a sala de aula congregar crianças e jovens que provêm do contato com distintos discursos e práticas religiosas e não-religiosas. A autonomia, nesse sentido, continua a ser um princípio

⁷ LA TAILLE, 2013, p.9.

⁸ LA TAILLE, Yves de. *Desenvolvimento moral: princípios, valores, sentimentos*. DVD. Atta Mídia e Educação. São Paulo, [s.d.].

⁹ LA TAILLE, [s.d.].

importante. Ela pressupõe a reflexão sobre esses limites não tão nítidos entre uma heteronomia com fatores transgeracionais e a dimensão do sentido. Em outras palavras, como se deu meu processo de apropriação de valores? Como a minha religiosidade/espiritualidade/não-religiosidade significa certos valores historicamente ligados a tradições diferentes da minha?

Regras, princípios, valores e mito.

La Taille considera a moralidade como um objeto de conhecimento, com conteúdos próprios e questões próprias que interessam de forma geral à sociedade e à cultura. Ele divide esse objeto de conhecimento em três níveis, indo do mais concreto ao mais abstrato, níveis esses que são observáveis sobretudo no desenvolvimento moral das crianças.

O primeiro nível é aquele das regras, isto é, das “formulações verbais precisas que dizem: ‘isso deve ser feito, isso não deve ser feito’”¹⁰. Como exemplos de normas podemos tomar os Dez Mandamentos da tradição judaico-cristã, assim como a parte explicitamente normativa do *Dharmaśāstra* hindu ou das leis dos estados modernos. Em poucas palavras, as regras são ordens claras que produzem efeitos atitudinais nas pessoas.

Entretanto, a objetividade própria das regras não permite que essas consigam abarcar a complexidade da vida humana com toda a sorte de situações e questões envolvidas. É fácil observar, por exemplo, que, em certo ponto do desenvolvimento moral da criança, ela não se satisfaz mais em simplesmente seguir regras. Aquilo que antes era feito, seja por medo da autoridade dos pais, seja por conta de um sentido de proteção, seja por algum tipo de barganha infantil, agora passa a ser questionado. Nesse primeiro momento de abstração, as crianças chegam àquilo que La Taille chama de ‘espírito das regras’, isto é, à matriz de onde se derivam as regras: os princípios. Nosso interlocutor usa como exemplo o princípio cristão do “Amai-vos uns aos outros”. Essa frase, apesar de ser gramaticalmente imperativa, não é uma regra, pois ela não traz implícita a forma como esse amor deva ser exercido. Duas pessoas podem concordar com o mesmo princípio; todavia, discordam sobre qual comportamento expressa melhor tal princípio.

No nível seguinte encontram-se os valores. Se até aqui estava implícito o conhecimento de alguns princípios de onde derivavam certas regras, agora projeta-se sobre

¹⁰ LA TAILLE, [s.d.].

esse conhecimento uma carga afetiva em um nível de abstração ainda maior. Tomemos um exemplo mais próximo da área do ER. Podemos dizer que o docente deste componente curricular não deva constranger os seus alunos, sobretudo diante de seus pares, em função de diferenças de natureza religiosa. Isso é uma regra clara. Podemos dizer que essa regra deriva do princípio do respeito à diversidade cultural e religiosa. Transformar esse princípio em valor seria, portanto, o mesmo que investi-lo com os sentimentos adquiridos no próprio ato de viver.

Até agora falamos de aspectos racionais e afetivos do desenvolvimento moral. Todavia, por conta da relevância que conferimos ao estudo do fenômeno religioso, uma outra dimensão se nos mostra irrefutável. Extrapolando a perspectiva de La Taille, podemos falar em uma dimensão ‘mítica’ da constituição moral humana. Nessa dimensão não há apenas um sentido afetivo envolvido, mas a própria identidade dos indivíduos. Essa dimensão de profundidade, implícita nas subjetividades dos alunos, não consegue se submeter a um trato dialético. A crítica não pode aí ser empregada da maneira como fazemos quando analisamos outros objetos de estudo.

Obviamente que aqui não empregamos o verbete ‘mito’ em seu sentido comum, mas na acepção de um horizonte último de inteligibilidade que se move através de ‘metavalores’. Por isso, mito não é um valor ou um princípio e muito menos uma regra. Mito é aquilo que serve de base para todos eles. Para Panikkar, todos nós vivemos imersos em mitos, na medida em que o mito “constitui-se do conjunto de contextos que tomamos como simplesmente dado”¹¹ e, portanto, “representa o horizonte invisível sobre o qual projetamos nossas noções da realidade”.¹² Se valores são objetos/conhecimentos investidos de sentimentos, mitos são valores sacralizados a ponto de ficarem sediados no inconsciente, no simplesmente dado. Entretanto, não há como viver sem mitos. Quando, através da razão, desmitificamos determinado mito que nos servia de base para a realidade, ao mesmo tempo, já estamos tomando refúgio noutra. Obviamente que aqui o verbete ‘mito’ não traduz necessariamente a ideia de algo fantasioso ou fictício do passado, mas resguarda dentro de si a possibilidade de realidade ou, pelo menos, de referência à realidade.

Considerações Finais

¹¹ PANIKKAR, Raimon. *Myth, Faith and Hermeneutics – Cross-Cultural Studies*. New York/Ramsey/Toronto: Paulist Press, 1979, p.20.

¹² PANIKKAR, 1979, p.30.

Do ponto de vista pedagógico para o ER, não é difícil perceber onde queremos chegar. Essas reflexões ajudam-nos a compreender a complexidade implícita no tema dos valores e o quão cuidadoso deve ser o professor ao abordá-lo em aula. Seria ingenuidade pensar que seja possível o estudo de várias expressões do fenômeno religioso sem, com isso, adentrar nas subjetividades dos alunos, isto é, no domínio de seus sentimentos (valores) e no domínio da sua identidade (mitos). Portanto, uma relação dialética no nível dos valores e dos mitos é, no primeiro caso, difícil e, no segundo, impossível. Especificamente no tocante aos valores, acreditamos que esses possam ser dialogados a partir de seus próprios pressupostos, isto é, fazendo com que alunos e professores, através de sua própria convivência dialogal, tragam cada vez mais para o nível consciente os mitos que dão sentido a esses valores e seus derivados, princípios e regras.

Referências

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil03/constitucao/constitucao.htm>> Acesso em: 04 jul. 2012.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei N. 9394/96*. Brasília: Congresso Nacional, 1996 [com atualizações referentes ao período entre a publicação e a data de acesso]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/L9394.htm>. Acesso em: 04 jul. 2012.

LA TAILLE, Yves de. *Indisciplina, disciplina: ética, moral e ação do professor*. Porto Alegre: Mediação, 2013.

_____. *Desenvolvimento moral: princípios, valores, sentimentos*. DVD. Atta Mídia e Educação. São Paulo, [s.d.].

PASSOS, João Décio. *Ensino Religioso - Construção de uma proposta*. São Paulo: Paulinas, 2007.

PANIKKAR, Raimon. *Myth, Faith and Hermeneutics – Cross-Cultural Studies*. New York/Ramsey/Toronto: Paulist Press, 1979.